



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



32

*Conferência sob o título "a
revitalização da arte da política"*

UNIVERSIDADE DE STANFORD, CALIFÓRNIA, EUA,

11 DE MARÇO DE 1996

I. Introdução: O legado de Nabuco

Tem especial significado para mim voltar à Universidade de Stanford, onde já estive várias vezes como conferencista e professor visitante. Reconheço na platéia velhos amigos, com quem sempre compartilhei idéias e mantive estimulante convívio intelectual.

Retorno hoje com grande alegria para proferir a *Robert Wesson Lecture* e anunciar a criação, nesta Universidade, da *Cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileiros*. Trata-se da primeira cátedra de estudos brasileiros numa universidade norte-americana, uma iniciativa possível graças à generosa doação do Grupo Safra, uma empresa privada brasileira, e à colaboração do Center for Latin American Studies e do Institute of International Studies desta universidade.

O patrono desta cátedra, Joaquim Nabuco, foi um grande intérprete de seu tempo. Na luta pela abolição da escravatura no Brasil, no trabalho que realizou como político e diplomata, nas reflexões lúcidas originais e atuais que nos legou, Nabuco firmou sua condição de Estadista, para quem o compromisso com valores e a justiça sempre orientaram a ação pública.

Seus escritos continuam a ser instrumento indispensável para melhor compreender a própria gênese do Brasil contemporâneo. Nabuco nos mostra que o pacto do intelectual com a verdade deve também valer na interação do político com a realidade. Para mim, seu exemplo permanece como uma baliza fundamental: nunca dissociar os problemas de sua análise, a reflexão cuidadosa do desejo de solucioná-los.

Foi um dos grandes nomes da política nacional. Usando a definição que ele mesmo empregou, foi Político com “P” maiúsculo, isto é, preocupado com os grandes movimentos da História, com os dramas humanos e da civilização, com o interesse comum. Tinha uma compreensão sociológica da política, dos efeitos e consequências sociais do ato político. No caso da abolição, percebeu que a simples libertação dos escravos não era suficiente. Dizia que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”, pois havia fincado raízes profundas em nossas estruturas. Dizia, sobre o movimento abolicionista, que “era um partido composto de elementos heterogêneos, capazes de destruir um estado social levantado sobre o privilégio e a injustiça, mas não de projetar sobre outras bases o futuro edifício”. O triunfo da abolição, segundo Nabuco, não foi seguido “de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de um grande impulso interior, de renovação da consciência pública”.

As palavras de Nabuco foram proféticas. Se trouxermos o mesmo modelo de análise para os fatos contemporâneos, verificaremos que a restauração da democracia foi um primeiro passo, necessário mas insuficiente, para corrigir os graves desequilíbrios sociais do País.

É inegável que houve avanços. O Brasil tem, atualmente, instituições políticas democráticas. Mas a reconstrução do sistema político ainda não se completou. A verdadeira “renovação da consciência pública” defendida por Nabuco e, principalmente, o revigoramento do espaço público, onde se poderia processar a discussão racional de interesses, para tomar de empréstimo as reflexões de Habermas, começam apenas a se esboçar. Temos, assim, uma dupla tarefa: uma de

natureza intrinsecamente política e outra, paralela e inter-relacionada com a primeira, de natureza mais sociológica, que tem a ver com a modernização da sociedade.

Modificar a estrutura do Estado, em sentido lato, modificar as formas de relação entre a sociedade e o Estado, transformar o padrão de distribuição de renda e ter uma visão clara de que o objetivo fundamental é o de aumentar a eqüidade no País são os grandes desafios que temos de enfrentar. Isso não se faz do dia para a noite; é um longo processo. Mas isso não pode servir de desculpa para que deixemos de adotar agora as medidas que são possíveis e necessárias.

É sobre a importância da política para vencer esses desafios que pretendo falar nesta Conferência que intitulei “A Revitalização da Arte da Política”.

II. A democracia representativa e seus paradoxos contemporâneos

Em todos os países em que vigora, a democracia representativa apresenta necessidade de renovar-se, pois se defronta com problemas tais como o desinteresse crescente da população pela política, os elevados níveis de absentísmo e, mais grave, um certo grau de hostilidade dos eleitores em relação aos políticos profissionais. A idéia de “ir contra” os políticos tem gerado dividendos.

Paradoxalmente, é o próprio êxito da democracia como idéia e sua legitimidade como valor de alcance quase universal que parecem estar colocando-a sob o fogo cerrado da crítica, até mesmo de seus defensores.

O significado dessas críticas merece reflexão. Ocorrem num momento em que, no caso do Brasil, estamos passando por um aceleradíssimo processo de transformações que propõem novos dilemas a cada dia e em que a ação do Parlamento está sendo decisiva para a mudança.

A democracia representativa é construção histórica relativamente recente, para a qual os *founding fathers* da nação norte-americana deram contribuição valiosa. A idéia de que indivíduos recebam um mandato em eleições livres para atuar em representação dos interes-

ses da sociedade difunde-se no Ocidente a partir do século XVIII. Desde então, as instituições da democracia continuam essencialmente as mesmas, ao passo que, das sociedades comparativamente simples de então às complexas democracias de massa dos dias atuais, o mundo se transformou radicalmente. O desafio é o de aperfeiçoar a democracia, de fazer seu *aggiornamento* de modo que o ideal democrático continue a prevalecer e as instituições nele inspiradas sejam eficazes.

As sociedades deixaram de ser homogêneas. Do ponto de vista da economia, já não se pode dividir esquematicamente o tecido social em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado, equivalentes, *grosso modo*, ao capital e ao trabalho. Economicamente, os indivíduos podem situar-se num amplo espectro de combinações possíveis na relação capital-trabalho. Por exemplo, o trabalhador tornou-se sócio do capital via fundos de pensão, de modo que “diminui” seu interesse em confrontar o capital, de cujos rendimentos dependerá sua aposentadoria. Por outra parte, o trabalho diferenciou-se, e o conhecimento passou a representar parcela cada vez maior do valor agregado da economia mundial. Quem detém o conhecimento pode atrair os abundantes capitais hoje disponíveis. A indústria do *Sillicon Valley*, que nos circunda em Stanford, é um exemplo nítido de que o conhecimento associado ao trabalho passou a ser melhor remunerado, porque se tornou escasso em relação ao capital. Isso contrasta com o início do processo de industrialização, contemporâneo das democracias tradicionais, clássicas, quando o trabalho era abundante e pouco qualificado. Os embates entre a burguesia e o proletariado, centrais nos últimos dois séculos e cuja essência era a distribuição da renda, diluem-se e começam a perder força mobilizadora em termos de discussão nos espaços públicos.

A complexidade do tecido social traduz-se na diversidade de metas almejadas pelos atores sociais. A noção de progresso passou a englobar objetivos variados, e a própria idéia de “qualidade de vida” se aperfeiçoa a cada dia. Além disso, esses objetivos são derivados, muitas vezes, de exigências que nascem, hoje, no marco da globalização e são projetados para as sociedades nacionais sem que estas este-

jam preparadas para atendê-las. Exemplo disso é a legislação ambiental adotada pelos países mais avançados, sem dúvida uma conquista importante, mas que dificilmente poderá ser aplicada nos países em desenvolvimento sem mecanismos de cooperação internacional mais eficientes e generosos.

Do ponto de vista político, a atenuação das dicotomias clássicas capital-trabalho, burguesia-proletariado e, em termos ideológicos, direita-esquerda, levou ao que Alain Touraine aponta como o “desaparecimento das categorias sociais, dos atores sociais em si”. Os indivíduos ou grupos já não se definem por seu papel nas relações sociais de produção, mas antes por suas identidades regionais – o caso do Brasil é típico –, raciais, culturais ou religiosas. E o exercício dos direitos civis assegura a proliferação de “novas identidades”. Ainda segundo Touraine, “em vez de nos definirmos pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos”. E não apenas pelo que somos, mas também pelo que queremos, e estes desejos são muito diversos. Ampliaram-se assim os objetivos da política: oferece espaço para a adesão de grupos de cidadãos a causas mobilizadoras, como a luta pelos Direitos Humanos e pela preservação do meio ambiente.

Vivemos, em suma, a fragmentação dos indivíduos em grupos ou guetos. Isso tem levado a uma simplificação, à crença de que são apenas o mercado ou a cultura de massas que reúnem os cidadãos numa identidade nacional. Esmaecem-se os valores que cimentam as sociedades nacionais e balizam as relações entre suas camadas. No mundo inteiro, o fascínio pelo novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compõem a identidade nacional: uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva – com seus êxitos e dificuldades – e um sentido de futuro.

É cada vez mais difícil harmonizar, dentro do espaço público, a atuação dos agentes sociais e as identidades culturais. Essa é a essência das dificuldades que enfrentam os instrumentos clássicos da representação, porque muitas demandas, embora legítimas, são parciais e não refletem o conjunto de valores vinculados a uma identidade

econômico-cultural. A pólis fragmentou-se; a mediação política, na qual está assente a idéia mesma de democracia representativa, já não cumpre, senão imperfeitamente, sua função de transformar interesses individuais em coletivos. A intermediação política fica cada vez mais marginalizada, desacreditada, conforme demonstram as pesquisas de opinião.

Partindo da definição clássica de Weber, é natural que a população julgue os governos segundo uma “ética de fins”, de resultados, na medida em que crescem suas demandas na área econômica, na área da justiça e segurança, pela proteção do meio ambiente, pelos Direitos Humanos. Essas demandas ampliadas passam a ser o tecido da política. Atendê-las é uma das fontes de legitimidade do governo. Mas como conciliá-las com a responsabilidade dos governantes, que têm a difícil e complexa tarefa de alocar recursos sempre escassos? Como encontrar os meios possíveis para atender a esse conjunto ampliado de reivindicações?

O diálogo, a intermediação política tem, assim, como campo prioritário, menos a discussão do que é necessário fazer e mais o debate sobre como alocar os escassos recursos de um país na solução de demandas que, se não são conflitivas, certamente concorrem entre si. Precisamos alcançar resultados, sim, mas com responsabilidade e equilíbrio. Nesse aspecto, vale relembrar as palavras de Nabuco sobre o atributo principal do político: “Adaptar os meios aos fins e não deixar periclitar o interesse social maior por causa de uma doutrina ou de uma aspiração.”

Fruto da fragmentação da pólis e da agenda política é o enfraquecimento do papel tradicional reservado aos partidos políticos. O que lhes dava consistência era a identificação com um ideário que correspondia ao interesse de determinadas classes ou categorias. Faziam uma escolha ideológica que se materializava num programa de ação. Numa época em que a disputa ideológica se esmaece, em que os interesses tornaram-se menos claros e mais dispersos, os partidos políticos correm o risco de ver diminuída sua capacidade mobilizadora. Precisam, assim, encontrar novas formas de mobilização, que trans-

cendam o particular e tenham em vista os interesses coletivos reais, que já não se identificam tanto com ideologias.

Não que seja ilegítima a atuação partidária em causas que envolvam interesses setoriais, mas será insuficiente para a defesa dos valores maiores da Nação e do bem-estar coletivo. O risco é o de que a simples veiculação de interesses paroquiais acabe por não diferenciar os partidos, de que os políticos transitem entre eles livremente, em desrespeito ao ideário e à fidelidade que devem à sua agremiação. Há riscos também de que se criem ou se desfaçam maiorias precárias, suprapartidárias, instáveis, que acabam por deixar no mesmo plano indiferenciado políticos e partidos, dificultando a escolha do eleitor, cuja reação, no mais das vezes, é a de desvalorizar o papel crucial do político e da política. O público tenderá a ver os políticos como se todos fizessem parte do mesmo universo, de uma instituição que, no fundo, estaria voltada exclusivamente para seus interesses enquanto corporação. Se não forem capazes de dar capilaridade à formação de consensos que promovam as mudanças e de impedir o uso do poder exclusivamente por grupos de interesses, os partidos estarão deixando de cumprir sua missão de ser ator-chave no espaço público.

Outra causa dos dilemas das democracias representativas tem a ver com a própria dimensão dos países. Conforme nos recorda Robert Dahl, quando surgiu, a democracia representativa regia sociedades menores, em que os interesses eram menos difusos, menos complexos e poderia haver um contato mais direto entre representante e representado. Numa democracia de massa, o elo entre os dois lados da intermediação política tornou-se mais rarefeito. A outorga do voto passa a ser vista como uma espécie de “cheque em branco”, em parte porque, na maioria dos sistemas representativos, o poder de sanção do eleitor em relação ao seu representante é limitado, podendo expressar-se, no máximo, no protesto traduzido na não-recondução do representante ao cargo. Isso ocorre com freqüência no Brasil. A cada renovação do Legislativo, parte expressiva dos parlamentares não se reelege, independentemente da qualidade do trabalho que fez.

Essas limitações da democracia representativa abriram espaço para avanços da democracia participativa. A defesa das identidades de grupo e a atuação de organizações não-governamentais voltadas para temas específicos levaram a novas formas de atuação que dificultam a intermediação política. Esses grupos dirigem-se diretamente, sem mediação, ao executivo, aos empresários e a outros segmentos envolvidos no processo decisório. O crescimento da democracia participativa é um fato positivo, mas não suficiente. A crescente parceria que se estabelece entre Governo e sociedade civil é um passo à frente no processo democrático. É preciso, porém, alertar para o fato de que a participação direta não substitui a representação. Mais importante: no Estado de Direito, é a democracia representativa que elabora e aperfeiçoa o arcabouço legal que rege as relações sociais e econômicas da Nação. A participação direta não pode desrespeitar as normas vigentes; quando estas necessitam modificações, será sempre aos Parlamentos que se recorrerá. Grandes mudanças não se fazem sem o concurso do Congresso.

No Brasil, o Estado sempre teve um papel decisivo no campo das relações capital-trabalho. O liberalismo econômico no sentido clássico nunca foi um traço de nosso caminho histórico para o desenvolvimento.

A industrialização brasileira, desde seus primórdios, teve no Estado seu principal propulsor, seja através de investimentos diretos, seja através da proteção tarifária para a produção nacional, seja através dos monopólios e das reservas de mercado. O Estado brasileiro sempre intermediou e moldou o conflito entre capital e trabalho e, ao transformar-se também em empresário, o Estado passou a ter interesses diretos no conflito distributivo. O vício do corporativismo no Brasil tem aí uma de suas causas principais.

O corporativismo incrustou-se nas instituições de todos os Poderes da República, nos estados e municípios, nas estatais. Criaram-se, por exemplo, regimes especiais de aposentadoria para diversas categorias de funcionários públicos. A legislação trabalhista brasileira, concebida durante a ditadura Vargas dos anos 30 e mantida até os

dias de hoje, é de cunho paternalista e criou uma Justiça do Trabalho com representação classista, reforçando a noção de que o Estado é o árbitro por excelência dos conflitos até mesmo individuais nas relações capital-trabalho. No momento em que o Estado se vai retirando da economia pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista baseado na industrialização protegida e na participação direta do Estado na produção de bens, torna-se necessário reformular nosso arcabouço legal.

De novo, o problema capital-trabalho não desapareceu da agenda. Assumiu, isto sim, novos contornos e não deixa de exigir mecanismos de conciliação. A discussão deve centrar-se, assim, em como dar proteção real, efetiva, no longo prazo, ao trabalhador, num modelo que transforme o conflito em parceria, para evitar os vícios do passado.

Uma outra causa que alimenta as dificuldades da democracia é o fato de que, muitas vezes, falta substância ou qualidade no debate público em torno de questões amplas. Não que falte circulação livre de informação; o que parece estar ausente é um bom nível na informação e cidadãos dispostos a criar e assimilar uma informação mais profunda e de melhor qualidade. O valor do debate público não se mede apenas pela qualidade da classe política, mas também pela capacidade dos cidadãos de refletirem sobre o interesse público, formularem suas reivindicações para as mudanças e se organizarem para que elas se concretizem. A cidadania consciente cobra e vigia a atuação dos atores e das instituições políticas no cumprimento das demandas que ela, cidadania, previamente apresentou de forma organizada e clara.

Esse problema da qualidade do debate público se agrava nas democracias de massa, sobretudo naquelas que têm maior desigualdade social – fenômeno que já não se restringe aos países em desenvolvimento –, já que nelas existe um grande contingente de marginalizados do processo político, alguns por não se sentirem estimulados a participar, outros porque, mesmo interessados, não são capazes de construir canais apropriados de comunicação. É preciso que esses contingentes de não-participantes sejam incorporados ao espaço pú-

blico, se quisermos que a democracia seja fortalecida. A imprensa tem um importante papel a cumprir a esse respeito, e retomarei o tema mais adiante.

Todo esse quadro que procurei traçar das dificuldades por que passa a democracia em todo o mundo se vê agravado pelo crescente processo de globalização e enfraquecimento do Estado nacional. Diminui a margem de autonomia do Estado na condução da política econômica. E há temas que, por sua própria natureza, transcendem hoje as fronteiras nacionais. O Estado defronta-se com limitações em sua capacidade de atender ao conjunto das demandas sociais que durante algum tempo foi, em escala distinta, capaz de atender. E as demandas sociais crescem pela diferenciação da população, pelo aumento da expectativa de vida, pelo agravamento do desemprego trazido pela mudança do padrão tecnológico da produção. A incapacidade momentânea de o Estado responder a um nível mais elevado de reivindicações sociais o faz ser percebido como inoperante, ineficaz, e a classe política sofre diretamente o impacto adverso dessa percepção negativa do Estado.

Desfazer ilusões e criar um maior sentido de realismo sobre as possibilidades de ação do Estado são essenciais para recuperar a viabilidade da democracia e despertar a cidadania para a parte que lhe cabe no encaminhamento de seus problemas. O Estado precisa ter formas de agir em áreas estratégicas para que ele seja percebido como instrumento político de qualidade, positivo. Talvez seja essa uma das preocupações centrais de meu Governo e por isso a liderança que tenho procurado exercer no processo de reformas.

III. A democracia representativa no Brasil

No Brasil, é importante que se diga, a democracia representativa teve de superar um obstáculo importante que, nos Estados Unidos, jamais se apresentou: o regime de exceção e o autoritarismo, que interromperam, por duas vezes e por longos períodos, o Estado de Direito. Na década de 80, no momento de transição democrática, acreditávamos, talvez com certa ingenuidade, que o exercício em si

da democracia levaria automaticamente ao aperfeiçoamento dos seus mecanismos de mediação e das relações entre representante e representado e, até mais do que isso, à solução dos problemas sociais. Progredimos na consolidação do Estado de Direito e na democracia no Brasil nos últimos anos, num percurso marcado por percalços que foram superados com maturidade e equilíbrio.

Se isso nos dá motivo de orgulho, não deve servir de pretexto para manifestações de auto-indulgência em relação ao funcionamento de nossas instituições. Há espaço amplo para melhorias e avanços. Não estamos imunes aos paradoxos da democracia representativa. De certa forma, a sociedade brasileira caminhou mais rápido do que o Estado, em termos políticos. A capacidade de auto-organização da sociedade, expressa pela multiplicação das ONGs, pela repercussão das denúncias trazidas pela liberdade de imprensa, pela força dos movimentos sociais, passou a conduzir o processo político, condicionando a ação do Estado.

No Brasil, os dilemas da democracia representativa se manifestam, por exemplo, num grande número de partidos políticos com contornos difusos perante a opinião pública, a qual se guia muito mais pelo nome do candidato do que por sua filiação partidária nas eleições. Partidos fragilizados exigem um trabalho redobrado para alcançar as mudanças, na medida em que o esforço de construção de maiorias é feito de forma mais complexa, em negociações caso a caso, que são tanto mais difíceis quanto mais específica a matéria a ser aprovada. Há questões de caráter quase plebiscitário, em que é relativamente fácil alcançar os consensos que respondem a claros anseios populares, como foi o caso da flexibilização dos monopólios e da eliminação das restrições ao capital estrangeiro. Já nas reformas previdenciária e administrativa, estamos diante de dilemas que pedem a combinação de renúncia a interesses pessoais de curto prazo com a expectativa de benefícios coletivos de longo prazo. Na reforma fiscal, a dificuldade na negociação prende-se à repartição da arrecadação pelas regiões do País.

As reformas atendem, assim, às demandas da sociedade, mas só podem prosperar na medida em que a cidadania participe de seu

desenho. No fundo, o que é imprescindível é quebrar a conhecida distância entre o Brasil legal e o Brasil real.

Outro elemento que ainda não víamos com clareza na década de 70 era a emancipação acelerada de determinados atores políticos, como as novas representações sindicais e patronais, que passaram a agir com total independência em relação às formas tradicionais e tuteladas pelo Estado. Fenômeno semelhante viria a ocorrer com as ONGs e as organizações comunitárias. Esses atores emanciparam-se num duplo sentido: de um lado, passaram a prescindir cada vez mais da intermediação do sistema partidário na defesa de seus interesses e reivindicações, buscando relacionar-se diretamente com o Poder Executivo, não obstante haver organizações com forte presença no Legislativo; por outro lado, começam a interagir em questões complexas, outrora de alguma forma arbitradas pelo Estado, nas recentes experiências de negociação em torno dos contratos de trabalho flexíveis. O risco para a democracia está em alimentar a visão de que a sociedade pode tudo fazer sem a presença do Estado; de que os poderes constituídos são, em última instância, desnecessários ou “entravam” o progresso e constituem obstáculo à própria liberdade de entendimento direto entre partes num contrato ou conflito.

É necessário encontrar o equilíbrio ideal entre a participação da sociedade e o papel do Estado na definição dos princípios que regem a vida dos países. O predomínio do Estado sobre a sociedade conduz ao autoritarismo, à tecnocracia, ao clientelismo e ao paternalismo; as pressões desordenadas da sociedade sobre o Estado podem gerar a percepção de ausência de rumo. Não há receita pronta para encontrar o justo equilíbrio, mas sabemos que ele é indispensável.

Como afirmava Joaquim Nabuco, “um governo, a menos que desconheça a sua missão, não pode, por amor de um interesse, comprometer os outros interesses da sociedade: é na combinação de todos eles que consiste o grande problema da administração pública...”

Um último elemento que gostaria de assinalar sobre os dilemas da democracia representativa no Brasil diz respeito ao desafio do tempo de decisão, numa época caracterizada por grande dinâmica nas

transformações. A demora para legislar, por exemplo, é associada, injustamente, a imobilismo e ineficiência, quando na verdade a agenda do Congresso Nacional está sobrecarregada por temas de grande complexidade. O Judiciário também tem tido uma sobrecarga de trabalho, que tem gerado lentidão nas decisões da justiça, com dimensões ainda mais sérias, na medida em que o atraso da Justiça em julgar uma pendência equivale a uma denegação da Justiça (*justice delayed is justice denied*). Esse fato mescla-se com o que é percebido como imobilismo no Congresso, para suscitar, na população, uma descrença nas instituições, no Governo como um todo. O tempo da democracia é normalmente mais lento. O problema é tanto convencer a cidadania de que isso é natural e de que o *aggiornamento* das instituições demanda tempo quanto conseguir que se acelere o ritmo das deliberações dessas instituições.

IV. Mídia e democracia: o papel da imprensa no fortalecimento do espaço público

É impossível, nas democracias de massa contemporâneas, querer tratar da melhoria do sistema político sem que se tenha presente a importância do papel dos meios de comunicação. Manuel Castells afirma, com propriedade, que o espaço político foi “capturado” pelos meios de comunicação, por seus fluxos e imagens. Hoje, a política que não aparece nos meios de comunicação simplesmente não existe, o que não quer dizer, de acordo com Castells, que a política seja tributária dos meios de comunicação, mas, sim, que, sem eles, os fatos não conseguiram desencadear o processo mobilizador na população. A política não pode, em suma, dispensar os meios de comunicação nos dias de hoje.

Esse papel acrescido dos meios de comunicação embute, porém, desafios para a democracia. É que eles não *substituem* o espaço público; são apenas um, por mais importante que seja, dos componentes do espaço público. Sua função básica não deve ser engajada, no sentido de constituição e construção dos eventos, mas, sim, através da difusão e da análise dos fatos, auxiliar a cidadania a formar juízo

sobre os assuntos em pauta. Nesse sentido, estará prestando um serviço ao público.

O risco, nos meios de comunicação de massa, é o de simplificar os fatos, de valorizar a parte em detrimento do todo, a frase em prejuízo do texto, a versão em prejuízo do fato real, a imagem em detrimento da argumentação e, principalmente, de ressaltar no acontecimento aquilo que pode despertar impacto, e não o processo que engendrou esse acontecimento. Há um perigo em se tratar a notícia de modo fragmentado, em não se ter um cuidado maior com o ritmo mais complexo do pensamento voltado para a compreensão abrangente dos eventos. O imediatismo pode fazer com que, muitas vezes, não se dê a necessária ênfase à grande notícia do dia, que ela passe até mesmo despercebida, privilegiando-se a *petite histoire*, a intriga, o boato, o disse-não-disse.

A agilidade na transmissão da notícia é o grande trunfo dos meios de comunicação, é sua própria razão de ser. O que é preciso evitar é que, no exercício legítimo de suas funções, os meios de comunicação difundam na opinião pública uma agenda simplificada e negativa, em parte dissociada dos reais problemas da Nação.

A democracia não se constrói apenas pelos impulsos da opinião pública, que podem mudar e são transmitidos de forma geralmente simplista. A democracia depende de instituições sólidas e fortalecidas, que têm seu tempo próprio, necessariamente mais lento do que a velocidade dos fluxos da informação. Para lançar mão de um neologismo, é sábio, é sensato fugir da “plebiscitarização” simplista imposta pela imprensa a temas complexos que precisam encontrar seu encaminhamento pelas instituições, como resultado do debate público.

Ao fazer esses comentários, não quero de modo algum subestimar a importância dos meios de comunicação na denúncia dos abusos de poder, da corrupção onde quer que ela ocorra, do mau funcionamento do governo em todos os seus níveis. Reconheço o importante papel da imprensa na luta travada contra o autoritarismo na América Latina. No entanto, sua função deve ir além da mera veiculação de denúncias, especialmente no Brasil, país que, afinal, vive a plenitude

democrática e um momento de otimismo com a retomada do crescimento sustentado. A imprensa precisa ir além de uma atitude “adversarial”. Seu poder mobilizador pode ser decisivo na superação de problemas e na própria construção do consenso.

V. Conclusão: A revitalização da arte da política. A expansão do espaço público. A razão na construção do consenso

Como democrata convicto e homem público que teve sua trajetória política construída em grande parte no debate quotidiano no Congresso Nacional, não posso deixar de fazer uma defesa firme, apaixonada, mas também racional do Parlamento como *locus* por exceléncia da construção dos consensos necessários aos avanços, de preservação dos valores mais caros à nacionalidade, sem os quais ela não se reconhece.

Orgulho-me de ser político. Angustia-me testemunhar a perda de prestígio que a política, como profissão, vem experimentando em todo o mundo.

Não vejo como se possa organizar uma ação construtiva abrangente sem a crescente participação da cidadania, sem um Parlamento atuante, sem partidos políticos, sem meios de comunicação cientes de sua responsabilidade maior para com a cidadania, sem podermos cada vez mais aprimorar as negociações entre os diversos interesses, de forma que ultrapassem o mero – e condenável – “toma-lá-dá-cá”, sem um pensamento crítico capaz de elaborar e propor conceitos novos e, principalmente, sem lideranças políticas capazes de deliberar visando ao interesse comum.

A revitalização da arte da política passa por diversos caminhos, alguns dos quais quero indicar a seguir, animado pelo espírito de contribuir para o debate de uma questão que não apenas eu, como governante, mas também a Nação, consideramos fundamental.

Tocqueville, em sua obra *A Democracia da América*, afirma que “O governo ama o que os cidadãos amam e naturalmente odeia o que eles odeiam. Essa comunidade de sentimentos, nas nações democráticas, une continuamente em um mesmo pensamento cada indivíduo e o

soberano e estabelece uma secreta e pertinente simpatia.” Essa é a motivação que me leva a sugerir algumas linhas pelas quais deve orientar-se a revitalização da arte da política.

O aperfeiçoamento do sistema político representativo requer a constante evolução das regras que a definem. O número de partidos, os requisitos para sua constituição, os instrumentos de exercício da fidelidade partidária, o sistema eleitoral precisam ser pensados à luz das novas exigências trazidas pela democracia de massa. Nada trará mais benefícios à credibilidade da classe política do que criar mecanismos que a tornem mais responsável perante as cobranças do eleitorado. Os políticos precisam ter incentivos positivos para cumprir bem o seu mandato, e tais incentivos devem nascer naturalmente do diálogo com o eleitor. A oposição é necessária, deve ser vigorosa, porém responsável e guiada sempre pela busca do interesse público. Uma possível forma de aumentarmos o nível de *accountability* da classe política, de aproximarmos representantes e representados é, por exemplo, um sistema que vincule a base eleitoral aos que a representam, de que há exemplos em diversos países. De qualquer modo, creio que o próprio Parlamento deve ser o responsável pela implementação das medidas que contribuam para o seu melhor funcionamento. O Congresso saberá, melhor do que ninguém, encontrar os mecanismos adequados.

É imperativo alargar o espaço público, de forma a incluir progressivamente aqueles que hoje estão sem voz na defesa de suas causas. Ao mesmo tempo, é necessário que todos estejam preparados para o sacrifício de seus interesses pessoais em benefício da coletividade. Porque o desenvolvimento geral acabará, num prazo mais longo do que o simples imediatismo, por repercutir favoravelmente na vida de cada um. Essa é a essência do republicanismo.

A ampliação do espaço público é fundamental também para que os conflitos de interesses sejam encaminhados de forma transparente, livre e, sobretudo, racional. Volto à idéia de Habermas de que deve prevalecer, na discussão pública, o argumento que esteja embasado nas melhores razões. É preciso argumentar para convencer, negociar

para ver uma tese ampliar a base de consenso que a legitimará. A ética pública, que deve alimentar a idéia de virtude na política, é fruto da razão, jamais expressão da força.

O êxito do Plano Real, por exemplo, é em grande parte tributário da credibilidade que ele ganhou pela decisão que tomamos de convencer, negociar, explicar cada passo de sua implementação.

Não basta apenas o aprimoramento do Congresso e das leis do sistema representativo. Não basta a ampliação do espaço público. É preciso também que a cidadania esteja ainda mais preparada para o exercício democrático.

A educação tem aqui uma função primordial, e as instituições de ensino devem, junto com a imprensa, contribuir para que os cidadãos possam bem discernir entre alternativas, compreendê-las, propor novas opções, escolher os candidatos que representem suas causas e deles cobrar resultados e coerência. A cidadania não pode esperar que o Estado atenda a suas prioridades, se não apresentá-las de forma clara e se não estiver disposta a dar sua colaboração para que propostas se convertam em realidade, em prol do interesse da maioria.

Tomando de empréstimo um legado importante do pensamento conservador tradicional, tenho me referido à responsabilidade das elites, estas entendidas como aquela parcela de todos os setores da população que exerce algum tipo de liderança ou tem papel de representação pública.

Recorro mais uma vez às idéias de Alain Touraine. Para ele, não se pode esperar uma reconstrução social – e eu diria também política – a partir apenas dos atores, porque estes também precisam ser, de certa forma, reconstruídos. Em que sentido? Não que os atores sociais tenham “desaparecido”. Ao contrário, um traço das sociedades modernas é justamente a proliferação de movimentos e organizações sociais. Os temas do debate público ampliaram-se. É fundamental que se encontrem os pontos de aproximação entre fins extremamente variados, derivados da própria fragmentação das demandas da sociedade contemporânea – e a capacidade política de lhes dar rumo e sentido.

No caso brasileiro, em função principalmente da luta contra o autoritarismo, a democracia se enraizou na sociedade antes mesmo do que na política, o que torna necessário repensar o processo de articulação entre o social e o político. Nesse sentido, a atividade puramente política deve ser revalorizada, em dois sentidos, pelo menos: como espaço de debate para que seja capaz de garantir que as demandas se manifestem democraticamente, sem seletividades e sem limites; em seguida, como promotora do bem público, fazendo convergir objetivos dispersos na direção do interesse coletivo.

A negociação é a arte fundamental da política. Parte da aceitação genuinamente democrática das diferenças, da pluralidade, da tolerância; parte da idéia de que se chega à razão pelo debate, pela articulação de consensos. É pela negociação que podemos superar dicotomias tradicionais e já desgastadas pelo tempo, como “esquerda” e “direita”, “progressistas” e “reacionários”. É somente pela negociação que poderemos promover as mudanças necessárias para alcançarmos o desenvolvimento com justiça.

Reconheço que nestas minhas reflexões e propostas há uma boa dose de vontade e ideal, mas isso é da essência da própria política. Joaquim Nabuco reconheceu esse fato com a sensibilidade e a acuidade de grande Estadista. Dizia em sua obra *Pensamentos Soltos* que “a Política puramente ideal é comparada a uma arquitetura que desprezasse a mecânica. No entanto essa Política será eternamente a mais popular de todas, ao passo que semelhante arquitetura ruiria no mesmo instante.”

Para encerrar esta Conferência, gostaria de mencionar um belo pensamento de Octavio Paz, inscrito na obra *Corriente Alterna*: “A História” – e eu acrescentaria também: a Política – “é uma invenção diária, uma criação permanente; uma hipótese, um jogo arriscado, uma aposta contra o imprevisível. Não uma ciência, e, sim, um saber: não uma técnica, e, sim, uma arte.”